



PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONDICIONALIDADE FREQUÊNCIA ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL LICA ALVES (BREVES/MARAJÓ/PA)¹

Lenilda Pacheco de Souza²; Nalva Maria Pacheco de Souza³.

Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social²; Bacharela em Serviço Social³.

Universidade Federal do Pará (UFPA)^{2,3}, nalvamariapacheco@gmail.com.

RESUMO

Neste estudo realiza-se análise dos impactos e reflexos que a frequência escolar como condicionalidade do Programa Bolsa Família (PBF) exerce na Escola Municipal “LICA ALVES”, localizada no meio rural do município de Breves/PA. Objetivou-se identificar se ocorreu a redução da evasão escolar e aumento do número de alunos simultâneo ao lançamento do PBF observando os impactos na qualidade do ensino ofertado relacionada à aprendizagem dos alunos beneficiários. A pesquisa realizada é qualitativa exploratória, com pesquisa bibliográfica e de campo, no qual se utilizou entrevista semiestruturada direcionados a dezoito estudantes. Observou-se que a pobreza dos sujeitos desta pesquisa é caracterizada por um ciclo intergeracional, onde as condições de exclusão que o capitalismo promove aos segmentos vulneráveis da sociedade são reproduzidos em todas as instituições do Estado, até mesmo na educação, setor primordial e determinante para redução das desigualdades sociais, necessitando de prática que promovam autonomia, emancipação e justiça social.

Palavras-Chave: Bolsa Família. Frequência escolar. Educação. Breves.

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a condicionalidade frequência escolar do Programa Bolsa Família (PBF) e seus reflexos na Escola Municipal “Lica Alves”, localizada no Rio Jacarezinho, município de Breves (PA), identificando seus impactos na vida dos beneficiários.

Nesta pesquisa foi utilizados questionário contendo questões abertas e fechadas e entrevista semiestruturada direcionados aos sujeitos participantes constituídos pela amostra de dezoito alunos beneficiários do programa os quais relataram a necessidade do fortalecimento da rede de educação e a articulação entre as diversas políticas sociais existentes no município de Breves para potencialização e valorização da educação na

¹A presente pesquisa é parte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Instituto de Ciência da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará, UFPA, com o título “PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A frequência escolar e seus reflexos em sala de aula na Escola Municipal Lica Alves, no rio Jacarezinho, Breves/Marajó/PA”.



Amazônia, conferindo aos sujeitos autonomia a fim de construir coletivamente a emancipação e uma sociedade melhor e mais justa.

Observou-se que a pobreza dos sujeitos desta pesquisa é caracterizada por um ciclo intergeracional, onde as condições de exclusão que o capitalismo promove aos segmentos vulneráveis da sociedade são reproduzidos em todas as instituições do Estado, até mesmo na educação, setor primordial e determinante para redução das desigualdades sociais, necessitando de prática que promovam autonomia, emancipação e justiça social.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A FREQUÊNCIA ESCOLAR: ELEMENTOS PARA O DEBATE

O Programa Bolsa Família foi criado pela medida provisória nº 132 em 20 de outubro de 2003, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, condensando os programas Vale Gás, Bolsa Escola, Escola Federal, entre outros com o objetivo de diminuir a pobreza e desigualdade, transferindo renda para famílias que se encontram em situação de extrema pobreza (família com renda per capita de até R\$ 77,00 mensal) e situação de pobreza (família com renda per capita de até R\$ 154,00 mensal) (MDS, 2015).

Nesse plano, a educação é ressaltada como instrumento para se promover a cidadania e desenvolver a capacidade competitiva das nações subdesenvolvidas, impondo condicionalidades aos beneficiários visando quebrar o ciclo intergeracional da pobreza por meios de estímulos ao aumento do capital humano (PIRES, 2013).

Com relação a educação é obrigatório as famílias manterem seus filhos na escola, com frequência mínima mensal de 85% para filhos até 15 anos e de 75% para jovens entre 16 e 17 anos. A tentativa de aliar transferência direta de renda ao uso dos serviços públicos de saúde e educação por parte dos segmentos vulneráveis está ligada a ideia de escape da pobreza por meio do desenvolvimento das potencialidades humanas. Todavia, ao observar a realidade brasileira, na qual as pessoas mais pobres inserem-se ainda na infância em atividades informais para ajudar no sustento da família, era preciso garantir a permanência na escola, e essa renda veio como “recompensa” aos pais, no lugar do que seria produzido pelo filho se estivesse trabalhando (CAMARGO, 1991).

A relação transferência de renda e frequência escolar tornou-se alvo de diversas problematizações. No entendimento de alguns estudiosos, a escola e o currículo escolar passam a ser reduzidos a instrumentos para o desenvolvimento de habilidades e



destrezas que lhes possibilitaria formação para o mercado de trabalho, em um conceito definido como capital humano².

Em contraponto as críticas, estudiosos como Rego e Pinzani (2014) dizem que é preciso considerar o PBF como caminho para se consolidar a cidadania e construir uma vida melhor para a população brasileira, inserindo-os como usuários de políticas sociais e sujeitos de direitos para além da caridade e do favor.

As pesquisas que indicam aspectos positivos relacionadas ao PBF são fundamentais para acompanhar como o ensino se desenvolve no país e a necessidade de consolidação e fortalecimento das políticas públicas, pois, mesmo que nem todos alcancem empregos por meio da formação educacional, no mínimo alcançarão um nível de consciência política e cultural que os libertará das amarras sociais e domínio político, possibilitando a transformação, a longo prazo, da sociedade brasileira.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: IMPACTOS NA FREQUÊNCIA E DESEMPENHO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DA ESCOLA MUNICIPAL LICA ALVES

A pobreza, segundo Arroyo (2016), deve primeiramente ser reconhecida para então ser estudada. Dizer que alguém é pobre é dizer que se trata, não somente de ausência do necessário para subsistência, como também, de autossuficiência para sair de tal estado. Nesse sentido a condição de pobreza não é culpa dos pobres, pois o que lhes falta é a oportunidade para lutar por sua dignidade. Portanto, o PBF possibilita aos pobres a condição de poder interferir na reprodução de sua existência.

O PBF tem objetivos de curto prazo visando combater a fome e a longo prazo erradicá-la. No cumprimento dos dois foram estabelecidas condicionalidades que implicam no acesso obrigatório a políticas sociais como a educação, sendo esta vinculada a taxa de frequência escolar, com contrapartida de renda que recebem como incentivo para a permanência dos beneficiários na escola.

Nesta pesquisa, ao serem questionados sobre a frequência escolar, assiduidade e a relação das faltas com o trabalho, a maioria dos sujeitos entrevistados disse não trabalhar e, portanto, nunca ter faltado as aulas. Somente dois dos dezoito referiu-se ao trabalho para ajudar na subsistência da família como causadora das faltas.

Ao cobrar a frequência escolar o PBF, proporciona, mesmo que de forma controversa, acesso a serviços básicos, bem como maior participação dos pais na escola

² Segundo essa teoria desenvolvida por Theodore W. Schultz, como qualquer tipo de investimento, aquele realizado em si mesmo deve proporcionar um retorno futuro para seu proprietário (PIRES, 2013, p. 04).



e das crianças em sala de aula, fortalecendo os vínculos familiares e esperança na vitória de seus filhos através da educação, vista como caminho a ser seguido para quem deseja sair da extrema pobreza.

Esta visão se intensifica entre os beneficiários quando a criança encontra na escola um ambiente favorável as suas necessidades comprometendo-se com a preparação para o seu futuro, pois a criança que sofre discriminação na escola, ou é incompreendida por pessoas em quem ela confia, acaba criando aversão a este ambiente, e, conseqüentemente, sua evasão.

Ao ser entrevistado sobre a exigência da condicionalidade frequência escolar e seu impacto na assiduidade dos alunos, um dos participantes demonstrou que existem diversos perfis de beneficiários. Evidenciou-se o descompromisso de alguns pais, que, não demonstram interesse de participar das reuniões, mesmo com o risco de perder o benefício. Este fator demonstra a ausência de um trabalho na perspectiva de educação dos pais e familiares dos beneficiários para o compromisso com a educação dos filhos.

Ao ser indagada sobre os motivos que levariam a este descompromisso, a entrevistada relata *“O motivo eu percebo que falta de diálogo com o filho, falta de incentivo pros filhos vir pra escola, o filho diz “não, hoje eu não vou, to com preguiça”, então... fica” (sic)*. Acerca da condicionalidade frequência escolar, pois ao não apresentar um percentual dentro do estabelecido implica em sanções aos beneficiários, respondeu:

Sim, eu percebi uma mudança, [...] eles se esforçam mais. Tem pais que vem reclamar, poxa eu quero que o meu filho frequente, mas ainda não esta tento a turma da sexta da tarde, porque ta dando problema no meu bolsa família e eu to preocupada (sic) (Entrevista realizada com um beneficiário do PBF, em 25/05/2017).

Uma das entrevistadas forneceu dados importantes para compreensão do perfil dos beneficiários do PBF, revelando que são pessoas extremamente pobres, excluídas do mercado de trabalho formal e por falta de recursos econômicos para manter seus filhos na escola os levam para o trabalho, fazendo com que eles repitam seu ciclo de vida e pobreza. Foi questionado *“O que você acha do programa bolsa família?”* obtendo-se a seguinte resposta:

Bom pra nós lá em casa é uma ajuda, porque o papai é lavrador, aí nós trabalha na roça, [...] e o bolsa família ajuda muito (sic) (Entrevista realizada com um beneficiário do PBF, em 25/05/2017).

Segundo Weissheimer (2006, p. 12) o PBF não transfere em seus benefícios um valor alto em dinheiro, mas possui *“impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas*



que tinham muita dificuldade para colocar comida na mesa”, este fator possibilita condições mínimas de existência para esses sujeitos que se encontram em situações de extrema vulnerabilidade social, impactando em sua participação na escola.

Neste sentido, é preciso considerar que a região marajoara é muito pobre socioeconomicamente, e as famílias beneficiárias tem através do PBF, um meio para prover seu sustento e escapar do ciclo de analfabetismo de seus pais, pois precisam ir à escola para continuar recebendo o benefício. Isso é visto com críticas, pois, obriga os alunos a irem às aulas, mas não garante que sua aprendizagem ocorrerá.

Acerca do aumento do número de alunos depois da implantação do PBF as respostas foram unânimes em sentido afirmativo, porém, alguns responderam apontando um ponto negativo do programa, *“a maioria vem, muitas vezes não gosta de estudar, mas vem porque é obrigada”*. No entanto, outros reiteraram seu compromisso com o estudo e o objetivo de aprender, como demonstrado nas respostas as indagações referentes ao impacto da frequência escolar na educação:

A importância é que melhorou a frequência escolar dos meus filhos estimulou eles a participarem mais das aulas e melhorou pra nós também que podemos comprar os materiais deles (sic) (Entrevista realizada com um beneficiário do PBF, em 25/05/2017).

Ao impor a obrigatoriedade dos beneficiários na escola e transferir renda para as famílias, o programa teve impacto no trabalho infantil, o qual inviabiliza o estudo de milhares de crianças brasileiras, articulando as políticas de assistência social e educação, prevenindo que elas fiquem expostas a situações de riscos.

A permanência dos alunos na escola por meio da obrigatoriedade da frequência escolar não garante que o aprendizado irá ocorrer, é preciso, para isto, maior comprometimento e integração entre escola, professores e pais a fim de construir canais de comunicação e vínculos, tendo em vista que estes pais são reflexos de anos de marginalização e exclusão social e tiveram seus direitos de acesso à educação negados, não reconhecendo a priori a importância da educação como caminho para emancipação socioeconômica de seus filhos.

No entanto, não há como negar a importância e os impactos positivos que o PBF tem atingido na vida da população pauperizada brasileira. É evidente que o programa precisa melhorar, fortalecer, aumentar o valor do benefício e trabalhar a educação dos pais e familiares, mas, funciona enquanto porta de entrada para a escola, evidenciando a necessidade da melhoria da política de educação nacional para que a qualidade do ensino ofertado e a aprendizagem ocorram.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o contexto em que as relações de exclusão e marginalização dos usuários do programa bolsa família se encontram, percebe-se que os aspectos negativos deste programa precisam ser corrigidos e fortalecidos. Todavia ele abriu as portas das escolas para que crianças e adolescentes, cujos pais não tinham condição de mantê-los estudando pudessem frequentar as escolas por meio da obrigatoriedade da frequência escolar garantindo sua permanência através da transferência de renda, cuja função busca complementar a renda substituindo o trabalho que desenvolviam, necessário para ajudar no sustento da família.

Neste atual cenário de aprofundamento da ofensiva neoliberal com o desmonte dos direitos sociais, retirada de investimentos nos setores essenciais da sociedade, como educação é imprescindível refletir sobre a necessidade de construir coletivamente resistências por meio de políticas públicas que atendam as necessidades dessa região.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação. Belém, 2016.

CAMARGO, J. M. Pobreza e garantia de renda mínima. Folha de São Paulo, São Paulo, dez. 1991.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Manual de Gestão do Bolsa Família. 2ª ed. Brasília, 2015. Disponível em: ftp://ftp.mds.gov.br/externo/ead/outros/arquivos_a_enviar/MIOLO%20-%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print.pdf Acesso em: 05 de maio de 2017.

PINZANI, A. REGO, W. L. Módulo I – Pobreza e Cidadania. Belém, 2014.

PIRES, A. Afinal, para que servem as condicionalidades em educação do Programa Bolsa Família? Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 513-532, jul./set. 2013.

WEISSHEIMER, M.A. **BOLSA FAMÍLIA:** avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.